



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
13ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO  
**ATOrd 0133800-02.2006.5.02.0013**  
RECLAMANTE: JADILSON LUIZ DA SILVA  
RECLAMADO: RHEICEL INDUSTRIA METALURGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

*É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil. Para registrar uma denúncia, disque 100 de qualquer telefone ou acesse o site do Centro de Apoio Operacional (CAO) do MP-SP no link: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c).*

## **MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL**

**DESTINATÁRIO: MARLENE ANTUNES DE PAULA MARIANO**

**ENDEREÇO: AV. MARIA LUIZA AMERICANO, 1859, CASA, CIDADE LIDER, SAO PAULO/SP - CEP: 08275-000.**

Nos termos do Despacho ID 6635ea1, abaixo transcritos, proceda-se a penhora de 100% do imóvel de matrícula 58.610 do 09º CRI/SP, de propriedade da executada MARLENE ANTUNES DE PAULA MARIANO, CPF: 075.066.768-00:

" ... Considerando que não houve reconhecimento da condição de bem de família em relação ao imóvel 58.610, o que fora mantido em 2ª instância, defiro a penhora de 100% do imóvel descrito na matrícula 58.610 (ID 406b91e) devendo ser resguardada a quota-parte da dos coproprietários da outra fração (total de 50%), na forma prevista no artigo 843 do CPC.

2) Expeça-se mandado de penhora, avaliação e constatação, devendo o Sr. Oficial constatar a atual ocupação dos imóveis e a que título, bem como a existência de débitos fiscais porventura incidentes sobre os bens.

2.1) No mesmo ato intime-se a executada da penhora, avaliação e também de que por este ato será constituído fiel depositário, nos termos do PROVIMENTO GP/CR Nº 13/2006, com a simples inserção de seu nome no termo de

depósito, não sendo requisito de validade do auto de penhora a respectiva assinatura, facultando-lhe eventual manifestação no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de preclusão.

2.2) Se a penhora for realizada na presença da executada, REPUTO intimada. Caso contrário intime-se na pessoa do advogado constituído. Se não houver, o executado será intimado por via postal.

2.3) Em se tratando de imóvel pertencente a condomínio, deverá o Oficial de Justiça proceder a constatação acerca da existência de eventuais débitos condominiais da unidade penhorada ou a intimação do síndico para apresentação do valor do débito, no prazo de 15 dias, sob pena de ser considerado quitado eventual débito de despesas condominiais.

... "

-Matrícula 58.610 do 09º CRI/SP - CÓPIA EM ANEXO.

O(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, MANDA ao Oficial de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento, dirija-se ao endereço supra e proceda à PENHORA E AVALIAÇÃO DO IMÓVEL sob matrícula nº 58.610, registrada no 09º Cartório de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP, registrando o real estado em que se encontra. Tudo para garantia da dívida detalhada a seguir, cujo montante deverá ser corrigido pela legislação trabalhista vigente à data do efetivo depósito:

1. Principal - R\$ 630.000,00
2. FGTS/Cta vinc. - R\$ 0,00
3. Juros - R\$ 0,00
4. Leiloeiros - R\$ 0,00
5. Editais - R\$ 0,00
6. INSS rte - R\$ 0,00
7. INSS rdo - R\$ 0,00
8. Custas - R\$ 0,00
9. Emolumentos - R\$ 0,00
10. IRRF - R\$ 0,00
11. Multas - R\$ 0,00
12. Hon. Adv. - R\$ 0,00
13. Hon. Peric. - R\$ 0,00
14. Outros - R\$ 0,00

• TOTAL - R\$ 630.000,00

- Data de Atualização - 17/08/2023

Os documentos relacionados ao presente poderão ser acessados pela página eletrônica (<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao>), digitando a(s) chave(s) abaixo:

- Id 6635ea1 - Despacho - Número do documento: 23061511590148800000304190924

-Id eb8a782 - Acórdão - Número do documento: 22102806135859600000302810656

-Id 406b91e - MATRICULA 58610 9ºCRI SAO PAULO - Número do documento: 21061112562548600000218064034

Fica, ainda, autorizado a valer-se do disposto no artigo 212 e parágrafos do CPC e utilizar-se de força policial, arrombamento e prisão a quem se opuser ao cumprimento da presente ordem.

Por fim, fica autorizado o Sr. Oficial de Justiça a buscar informações acerca de eventuais débitos fiscais e condominiais, tudo junto à Prefeitura do Município e junto à Administração do Condomínio, para cabal cumprimento do quanto disposto no art. 242, parágrafo único, "h", da Consolidação das Normas da Corregedoria do E.TRT-2ª Região. Tais órgãos, por sua vez, deverão fornecer as informações solicitadas, inclusive comprovando-as com documentação hábil.

**CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.**

SAO PAULO/SP, 29 de agosto de 2023.

**FREDERICO RODRIGUES PASCHOAL**



Assinado eletronicamente por: FREDERICO RODRIGUES PASCHOAL - Juntado em: 29/08/2023 12:39:49 - 4fd7a9b  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/23082912394190000000314835480?instancia=1>  
Número do processo: 0133800-02.2006.5.02.0013  
Número do documento: 23082912394190000000314835480